



PROCESSO ADMINISTRATIVO 29/2022
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 06/2022

I — DO FATO

A esta Comissão de licitação foi encaminhado requerimento da Comissão Central Organizadora, para **CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL BRENNO E MATHEUS PARA A PRIMEIRA EXPOCORDI 2022 – FEIRA DE EXPOSITORES DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA/SC.**

II — DO AMPARO LEGAL

Citado procedimento enquadra-se no que preceitua o artigo 25, caput, da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, a seguir transcrito:

“Art. 25- É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. ”

Do exposto, esta Comissão, vislumbrando-se do enquadramento de aludida contratação direta, além de que, necessita-se da referida contratação, decidindo-se por instruir o processo conforme as determinações do artigo 26, parágrafo único, da Lei das Licitações.

“Art. 26 - As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005).

(...)

“Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I – Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;*
- II – Razão da escolha do fornecedor ou executante;*
- III – Justificativa do preço;*
- IV – Documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. ”*



III - DA CONTRATADA

VITOR YAGO GONÇALVES PRODUÇÕES, nome fantasia: **BRENNO E MATHEUS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob n. 34.513.386/0001-57, com sede na Avenida Pedro Taques, nº 1572 – sala 4, letra A em Maringá/PR, CEP: 87030-283.

IV- RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A contratação supracitada deve-se ao fato de que a empresa **VITOR YAGO GONÇALVES PRODUÇÕES** é detentora da exclusividade da carreira artística da dupla **BRENNO E MATHEUS**, sendo que a dupla fora escolhida fundamentalmente, por consagrada opinião pública e crítica especializada, sendo muito conhecida pelos shows que realiza regionalmente, gozando de excelente conceito e aceitação popular.

Tal hipótese demonstra uma absoluta inviabilidade de competição. Seria mesmo impossível haver comparação entre as performances artísticas de diversos profissionais do setor de forma a tornar viável a abertura de eventual procedimento licitatório. Como afirma Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

"artista, nos termos da lei, é o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública" (Contratação Direta sem Licitação: modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação. 5 ed. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 2000, p. 532)."

A respeito disso, Marçal Justen Filho alerta que:

"tal medida se destina a evitar contratações arbitrárias, em que uma autoridade pública pretenda impor preferências totalmente pessoais na contratação de pessoas destituída de qualquer virtude. Exige-se que ou a crítica especializada ou a opinião pública reconheçam que o sujeito apresenta virtudes no desempenho de sua arte." (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 3 ed. Rio de Janeiro: Aide, 1994, pp. 170 e 172).

O saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, em sua obra "Licitação e Contrato Administrativo", assim trata acerca do assunto, senão vejamos:

"A atual lei, endossando a doutrina, que equipara os trabalhos artísticos aos serviços técnicos profissionais especializados (cf. cap. II, item 3.2.2), prescreve a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de seu empresário. O essencial para legitimar a dispensa do procedimento licitatório é que o artista seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. " (Licitação e Contrato Administrativo – 14ª edição, atualizada por Eurico de Andrade Azevedo e Vera Monteiro, 2ª tiragem – página 127).



Ainda opinião compartilhada por Hely Lopes Meirelles que nos apresenta o seguinte comentário:

“Em todos esses casos a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem desejado pelo Poder Público, ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne à realização do objeto do contrato”. (Direito administrativo brasileiro. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 306).

Os ilustres juristas BENEDICTO DE TOLOSA FILHO e LUCIANO MASSAO SAITO, em sua obra denominada “Manual de Licitações e Contratos Administrativos”, ensina que:

“A hipótese de inexigibilidade para contratação de artista é a mais pacífica, desde que o escolhido, independentemente de estilo que, diga-se de passagem, é muito subjetivo, seja consagrado pelos críticos especializados e pelo gosto popular. O artista tem que ser conhecido, mas não precisa necessariamente ser excepcional.

Com a grande extensão territorial e o regionalismo de cultura existente no Brasil, com o afloramento regionalizado de tradições e de folclore, o conceito de consagração popular deve ser tomado de forma particularizada, isto é, um artista muito popular no norte pode não ser conhecido no sul, sendo, assim, na sua região a licitação é inexigível”.

Dada a potencialidade criativa ou características intrínsecas do trabalho, não há como estabelecer pontos mensuradores para estabelecer uma competição que seja julgada através de critérios objetivos. Consta-se que, a Lei Federal 8.666/93 apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Em sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista o cumprimento dos requisitos acima mencionados.

V - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO

A empresa a ser contratada apresentou a seguinte documentação:

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com o INSS compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, com validade para o dia 27/04/2022.

II - Prova de regularidade fiscal para com a fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente, com validade para o dia 24/05/2022.

III - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito, com validade para o dia 29/03/2022.

IV - Prova de regularidade perante o FGTS, comprovado com Certidão Negativa de Débito com validade para o dia 23/02/2022.

V - Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida com validade para o dia 20/02/2022.

VI – Certidão de Falência, Concordata e recuperação Judicial, com validade 28/02/2022;

VII – Contrato Social;

VIII – Notas fiscais de prestação de serviços com outros entes para comprovação dos valores do show;

X – Cartão CNPJ;

XI – Carta de exclusividade;

XII – Declaração que não possui parentesco conforme Lei Orgânica do Município;

Conforme documentação apresentada, dentro dos parâmetros da Lei 8.666/93 e, após efetuar as análises cabíveis, inclusive relativas à documentação de habilitação exigível, considerando, finalmente, o disposto no inciso III, do Art. 25, da Lei 8.666/93, a Comissão de Licitação do Município de Cordilheira Alta, entende justificada a inexigibilidade de licitação para a contratação do show.

VI- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência será até 04/04/2022.

VII- DA EXECUÇÃO E DO PAGAMENTO

A apresentação artística deverá ser efetivada no dia 02/04, em comemoração as festividades do 30º aniversário de emancipação política e administrativa e abertura da Expocordi 2022.

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a execução do objeto, com apresentação da nota fiscal correspondente e de acordo com a Autorização de Fornecimento emitida pelo Município.

As despesas decorrentes desta Inexigibilidade de licitação correrão a cargo da dotação: (Projeto Atividade 2.003 – Elemento 3.3.90 – Despesa 34), prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2022.

VIII- JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A razoabilidade do valor da contratação afere-se por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela contratada junto a outras contratações, através de 4 notas fiscais de prestação de serviço referentes aos meses de setembro e novembro/2019, a favor de **VITOR YAGO GONÇALVES PRODUÇÕES**. Desta forma, verifica-se que o valor contratado de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais) é compatível com os preços praticados no mercado.

Cordilheira Alta/SC, 10 de fevereiro 2022.



ANGELITA GABRIEL
Membro da Comissão

MARIA EDUARDA NICHETTI
Membro da Comissão

TANIA MARA MAGGIONI DA SILVA
Membro da Comissão